



Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - SICREDI Norte RS/SC. CNPJ 87.780.268/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Ao findarmos mais um exercício prestamos contas aos senhores associados dos resultados obtidos, bem como das atividades e ações desenvolvidas no exercício de 2015 na Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC.

1. Situação Econômico-Financeira e Patrimonial

Seguindo os principais balizadores do cooperativismo, em especial a "transparência na gestão", esclarecemos aos nossos associados a situação econômico-financeira e patrimonial da Cooperativa, onde buscamos voltar o nosso trabalho para o crescimento e expansão.

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC encerrou o exercício de 2015 com ativos totais de R\$ 962.104 mil, aumento de 21,84% em relação ao mesmo período do exercício anterior, destacando-se:

I- Operações de Crédito

O saldo das operações de crédito totalizaram, em dezembro de 2015 R\$ 571.101 mil, com evolução de 18,47% em relação ao mesmo período de 2014.

A classificação da carteira por níveis de risco, que abrange além das operações mencionadas no parágrafo anterior, as operações relativas a outros créditos, seguindo os procedimentos estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Em dezembro de 2015, as operações classificadas como "risco normal", que abrangem os níveis "A" até "C", somaram R\$ 524.184 mil, representando 89,81% do total da carteira. As operações classificadas como "risco 1", que incluem os níveis "D" a "G", totalizaram R\$ 45.147 mil, compondo 7,73% da carteira. O "risco 2", formado exclusivamente por operações de nível "H" e que exigem 100% da provisão, totalizou R\$ 14.353 mil ou 2,46% do total (NE 07c).

II- Recursos Captados e Administrados

Os recursos captados e administrados formados pelo total de depósitos, convênios, arrecadações e patrimônio líquido, totalizaram R\$ 711.832 mil em dezembro de 2015, com incremento de 23,51% em relação ao mesmo período de 2014.

O saldo de depósitos a prazo atingiu o valor de R\$ 501.120 mil, com crescimento de 26,41% em relação a dezembro de 2014. Os depósitos à vista tiveram uma variação de 12,04% em doze meses e alcançaram o valor de R\$ 83.275 mil.

III- Patrimônio Líquido

A Cooperativa registrou em dezembro de 2015 um patrimônio líquido de R\$ 125.976 mil, tendo um aumento de 21,04% em relação ao mesmo período do ano anterior.

2. Controles Internos e Compliance

O Sicredi está continuamente aprimorando o seu sistema de controles internos, face a complexidade dos serviços e produtos ofertados e a crescente demanda por parte dos associados. Com a implantação de políticas, procedimentos, normas e ferramentas de monitoramento, a Instituição busca assegurar a conformidade com leis e regulamentos, prevenir e reduzir riscos inerentes as atividades exercidas no seu campo de atuação.

A política de controles internos estabelece diretrizes que procuram reforçar, periodicamente, o alinhamento do sistema de controles internos com os objetivos fixados pela Instituição relacionados as estratégias globais do negócio e as demais políticas institucionais. Da mesma forma, as atividades de controles são avaliadas sistematicamente assegurando a observância quanto às regulamentações emitidas pelas autoridades fiscalizadoras.

3. Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento do Terrorismo - PLD/CFT

O Sicredi adota processos e sistemas específicos de prevenção, com a finalidade de assegurar que suas atividades sejam conduzidas em ambiente de controles adequados à prevenção de riscos relacionados aos crimes de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Atentos à legislação e às normas dos órgãos reguladores, buscamos constantemente adequar-nos aos novos procedimentos exigidos, especialmente em atendimento à Circular nº 3.461/09 e Cartas-Circulares nº 3.409/09, nº 3.430/10 e nº 3.542/12 do Banco Central do Brasil. Nesse contexto, a Instituição mantém investimentos em treinamentos contínuos para todos os colaboradores a fim de reforçar as melhores práticas de controles internos.

4. Gerenciamento de Riscos

O Sistema Sicredi considera o gerenciamento de riscos prioritário na condução de suas atividades e negócios, adotando práticas em absoluta consonância com os preceitos dos Acordos de Basileia. Dessa maneira, possui áreas especializadas para o gerenciamento destes riscos, centralizadas no Banco Cooperativo Sicredi S.A. Entre os principais riscos gerenciados pela instituição, destacam-se o operacional, o de mercado e o de crédito, cujas estruturas são apresentadas a seguir:

I- Risco Operacional

O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos.

"O processo de gerenciamento do risco operacional no Sicredi é um conjunto de ações que visa manter em níveis adequados os riscos a que cada instituição individualmente, o conglomerado, bem como as demais empresas – não financeiras, estão expostas. Os processos adotados podem ser resumidos em:• Avaliação de riscos e controles;• Documentação e armazenamento da base de perdas;• Gestão de continuidade de negócios;• Alocação de capital para o risco operacional;" O estabelecimento e disseminação das diretrizes, ferramentas e metodologias relativas ao risco operacional para todo Sistema está centralizada na Superintendência de Riscos e Economia do Banco Cooperativo Sicredi, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Riscos e Economia. No que tange a responsabilidade pelo gerenciamento da disciplina, a estrutura é descentralizada, ou seja, cada entidade do Sistema deve indicar um diretor responsável perante o Banco Central.

II- Risco de Mercado

A gestão dos riscos de mercado consiste no processo de identificação, avaliação, monitoramento e controle, conduzidos através da adoção de limites consistentes com as estratégias de negócios, de políticas e processos de gestão e de metodologias voltadas a sua administração e à alocação de capital econômico compatível.

A atividade de gerenciamento dos riscos de mercado é regulamentada pela Resolução CMN nº 3.464/07. A estrutura sistêmica responsável por este gerenciamento é a área de Análise Econômica e Riscos de Mercado do Banco Cooperativo Sicredi S.A., subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Riscos da mesma instituição. A referida área elabora as políticas e diretrizes aplicadas a todas as entidades filiadas ao Sistema Sicredi - Centrais, Cooperativas singulares, empresas ligadas e Banco.

III- Risco de Liquidez

"A noção de Risco de Liquidez é essencial para a sustentabilidade das instituições que atuam no mercado financeiro e de capitais e está associado à capacidade da instituição de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis e financiamento. Para este efeito, define-se risco de liquidez como: • A possibilidade da instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e; • A possibilidade da instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado." Em atendimento à Resolução nº 4.090 do CMN, e à Circular nº 3.393 do BACEN, o Banco Cooperativo Sicredi possui estrutura de gerenciamento do Risco de Liquidez compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e a dimensão da exposição ao Risco de Liquidez do Sistema.

"O gerenciamento do Risco de Liquidez do Banco Cooperativo Sicredi está centralizado sob a responsabilidade da Gerência de Análise Econômica e Riscos de Mercado, subordinada à Diretoria de Recursos de Terceiros, Economia e Risco. O atendimento aos normativos e controle de liquidez é realizado através dos seguintes instrumentos e ferramentas que são reportados às demais áreas e entidades interessadas: • Projeções de Liquidez (fluxo de caixa); • Teste de Estresse; • Limites de Liquidez; • Plano de Contingência de Liquidez."

IV- Risco de Crédito

A gestão do risco de crédito consiste no processo de identificação, mensuração, controle e mitigação dos riscos decorrentes das operações de crédito realizadas pelas instituições financeiras.

No Sicredi, o gerenciamento do Risco de Crédito é realizado por uma estrutura centralizada e pelas áreas e colegiados locais.

O Banco Cooperativo Sicredi responde pelo conjunto de políticas, estratégias e metodologias voltadas ao controle e gerenciamento das exposições ao risco de crédito das empresas que compõem o Sistema, possuindo como principais atribuições: responder pelas políticas corporativas de gestão de risco de crédito; desenvolver e propor metodologias de classificação de risco de crédito, inclusive por meio de modelos quantitativos; aferir e controlar as exigibilidades de capital para cobertura de risco de crédito assumido; e realizar o monitoramento constante das exposições sujeitas ao risco de crédito de todas as empresas do Sicredi.

As áreas e colegiados locais são responsáveis pela execução do gerenciamento de risco de crédito, observando as políticas e limites pré-estabelecidos sistemicamente.

O gerenciamento do risco de crédito nas instituições financeiras é regulado pela Resolução CMN nº 3.721/09 e a estrutura estabelecida pelo Sicredi está em conformidade com o referido normativo.

V- Informações Adicionais

A descrição da estrutura completa e do processo de gerenciamento do risco operacional pode ser acessada por meio do site www.sicredi.com.br, no caminho "Conheça o Sicredi \ Relatório \ Gestão de Riscos".

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2015 (Em milhares de Reais) Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

ATIVO	31/12/2015	31/12/2014	PASSIVO	31/12/2015	31/12/2014
CIRCULANTE	789.679	621.607	CIRCULANTE	371.660	323.815
DISPONIBILIDADES (NOTA 04)	19.046	10.356	DEPÓSITOS (NOTA 11)	131.326	121.600
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NOTA 06)	11.798	12.858	Depósitos à Vista	83.275	74.324
Carteira Própria	11.798	12.858	Depósitos a Prazo	48.051	47.276
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	323.386	241.129	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	196.882	161.402
Pagamentos e Recebimentos a Liquidar	207	16	Recebimentos e Pagamentos a Liquidar	706	3
Tesouro Nacional-Recursos Crédito Rural	676	1.607	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	196.176	161.399
Correspondentes no país	359	489	RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS	1.461	1.475
Centralização Financeira - Cooperativas (NOTA 04)	322.144	239.017	Recursos em Trânsito de Terceiros	1.461	1.475
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	413.766	341.142	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	8.611	9.004
Operações de Crédito	431.656	353.523	Empréstimos País - Outras Instituições	8.548	7.711
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(17.890)	(12.381)	Empréstimos País - Instituições Oficiais	63	1.293
OUTROS CRÉDITOS	21.527	15.650	OUTRAS OBRIGAÇÕES	33.380	30.334
Créditos por Avals e Fianças Honrados	201	345	Cobrança e Arrecadação de Tributos	100	61
Rendas a Receber	2.886	2.348	Sociais e Estatutárias	1.492	1.069
Créditos Específicos	92	82	Fiscais e Previdenciárias	1.569	1.798
Diversos (NOTA 08)	18.909	13.531	Diversas (NOTA 14)	30.219	27.406
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	(561)	(311)	NÃO CIRCULANTE	464.468	361.752
OUTROS VALORES E BENS (NOTA 09)	156	472	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	464.468	361.752
Outros Valores e Bens	102	345	DEPÓSITOS (NOTA 11)	453.069	349.160
Despesas Antecipadas	54	127	Depósitos a Prazo	453.069	349.160
NÃO CIRCULANTE	172.425	168.039	RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	11.399	12.527
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	129.749	130.656	Repasse Interfinanceiros (NOTA 12)	11.399	12.527
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ (NOTA 05)	2.211	9.154	OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMO (NOTA 13)	-	65
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	2.211	9.154	Empréstimos País - Instituições Oficiais	-	65
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (NOTA 07)	127.435	121.369	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	125.976	104.079
Operações de Crédito	139.445	128.533	CAPITAL SOCIAL (NOTA 16)	74.234	63.934
(Provisão Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(12.010)	(7.164)	De Domiciliados no País (Capital a Realizar)	74.285	63.991
OUTROS CRÉDITOS	1	1	(51)	(51)	(57)
Diversos (NOTA 08)	1	1	RESERVAS DE SOBRAS	43.099	32.804
OUTROS VALORES E BENS	102	132	SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	8.643	7.341
Despesas Antecipadas (NOTA 09)	102	132			
PERMANENTE	42.676	37.383			
INVESTIMENTOS (NOTA 10a)	20.251	19.314			
Outros Investimentos	20.251	19.314			
IMOBILIZADO DE USO (NOTA 10b)	16.239	13.765			
Imóveis de Uso	9.057	8.734			
Outras Imobilizações de Uso (Depreciação acumulada)	14.463	11.477			
(7.281)	(6.446)				
INTANGÍVEL (NOTA 10b)	6.186	4.304			
Outros Ativos Intangíveis (Amortização acumulada)	10.460	7.649			
(4.274)	(3.345)				
TOTAL DO ATIVO	962.104	789.646	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	962.104	789.646

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS OU PERDAS
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

Descrição das contas	Resolução CFC Nr.1.013/05		Cosif	Resolução CFC Nr.1.013/05		Cosif	Resolução CFC Nr.1.013/05		Cosif
	01/07/2015 a 31/12/2015			01/01/2015 a 31/12/2015			01/01/2014 a 31/12/2014		
	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo		Total	Ato Cooperativo		Ato Não Cooperativo	Total	
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	60.122	1	60.123	111.680	3	111.683	90.423	6	90.429
Operações de Crédito	59.015	1	59.016	109.301	3	109.304	88.340	6	88.346
Resultado Títulos e Valores Mobiliários	1.091	-	1.091	2.194	-	2.194	2.076	-	2.076
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	2	-	2	2	-	2	-	-	-
Resultado das Aplicações Compulsórias	14	-	14	183	-	183	7	-	7
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	(48.006)	(492)	(48.498)	(80.943)	(774)	(81.717)	(51.985)	(464)	(52.449)
Operações de Captação no Mercado	(29.902)	(35)	(29.937)	(52.995)	(57)	(53.052)	(35.061)	(24)	(35.085)
Operações de Empréstimos e Repasses	(5.413)	(457)	(5.870)	(9.738)	(717)	(10.455)	(6.408)	(440)	(6.848)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.691)	-	(12.691)	(18.210)	-	(18.210)	(10.516)	-	(10.516)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	12.116	(491)	11.625	30.737	(771)	29.966	38.438	(458)	37.980
OUTROS INGRESSOS E RECEITAS/DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS	(5.773)	5.216	(557)	(13.875)	7.961	(5.914)	(21.895)	4.979	(16.916)
Ingressos e Receitas de Prestação de Serviços	4.121	5.797	9.918	7.776	10.600	18.376	7.657	8.442	16.099
Rendas de Tarifas Bancárias	3.031	1	3.032	6.003	1	6.004	4.412	-	4.412
Dispêndios e Despesas de Pessoal	(16.479)	(1.378)	(17.857)	(31.786)	(2.269)	(34.055)	(26.807)	(1.813)	(28.620)
Outros Dispêndios e Despesas Administrativas	(10.604)	(1.557)	(12.161)	(20.267)	(2.509)	(22.776)	(17.341)	(2.936)	(20.277)
Dispêndios e Despesas Tributárias	(51)	(263)	(314)	(104)	(482)	(586)	(77)	(380)	(457)
Outros Ingressos e Receitas Operacionais (Nota 19)	24.526	3.298	27.824	43.590	3.682	47.272	27.736	2.495	30.231
Outros Dispêndios e Despesas Operacionais (Nota 20)	(10.317)	(682)	(10.999)	(19.087)	(1.062)	(20.149)	(17.475)	(829)	(18.304)
RESULTADO OPERACIONAL	6.343	4.725	11.068	16.862	7.190	24.052	16.543	4.521	21.064
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	(178)	63	(115)	(105)	128	23	(10)	215	205
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	6.165	4.788	10.953	16.757	7.318	24.075	16.533	4.736	21.269
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	-	-	-	-	(294)	(294)	-	(374)	(374)
Provisão para Imposto de Renda	-	-	-	-	(173)	(173)	-	(220)	(220)
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	(121)	(121)	-	(154)	(154)
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	6.165	4.788	10.953	16.757	7.024	23.781	16.533	4.362	20.895
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	-	-	-	7.024	(7.024)	-	4.362	(4.362)	-
RESULTADO DO PERÍODO	-	-	-	23.781	-	23.781	20.895	-	20.895
REVERSÃO DE RESERVA	-	-	-	42	-	42	381	-	381
RESULTADO DO EXERCÍCIO ANTES DAS DESTINAÇÕES	6.165	4.788	10.953	23.823	-	23.823	21.276	-	21.276
DESTINAÇÕES	-	-	-	(15.180)	-	(15.180)	(13.935)	-	(13.935)
Juros sobre o Capital Próprio	-	-	-	(5.987)	-	(5.987)	(3.465)	-	(3.465)
Fates - Estatutário	-	-	-	(864)	-	(864)	(734)	-	(734)
Reserva Legal - Estatutária	-	-	-	(7.779)	-	(7.779)	(6.607)	-	(6.607)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	-	-	(550)	-	(550)	(3.129)	-	(3.129)
SOBRAS A DISPOSIÇÃO DA AGO	-	-	-	8.643	-	8.643	7.341	-	7.341

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

	Capital Social	Reserva Legal	Outras Reservas	Sobras ou Perdas Acumuladas	Total
Saldos no início do período em 01/01/2014	53.711	22.497	-	5.721	81.929
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	2.373	-	-	(4.738)	(2.365)
Destinações para reservas	-	571	381	(952)	-
Outras destinações	-	-	-	(31)	(31)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	8.623	-	-	-	8.623
Baixas de capital	(3.696)	-	-	-	(3.696)
Reversões de reservas	-	-	(381)	381	-
Resultado do período	-	-	-	20.895	20.895
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(734)	(734)
Reserva Legal - Estatutária	-	6.607	-	(6.607)	-
Juros sobre o Capital Próprio	2.923	-	-	(3.465)	(542)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	3.129	-	(3.129)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2014	63.934	32.804	-	7.341	104.079
Mutações do Período	10.223	10.307	-	1.620	22.150
Saldos no início do período em 01/01/2015	63.934	32.804	-	7.341	104.079
Destinação resultado exercício anterior	-	-	-	-	-
Distribuição de sobras para associados	1.802	-	-	(4.486)	(2.684)
Destinações para reservas	-	1.966	-	(1.966)	-
Outras destinações	-	-	-	(889)	(889)
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	5.150	-	-	-	5.150
Baixas de capital	(2.578)	-	-	-	(2.578)
Reversões de reservas	-	-	-	42	42
Resultado do período	-	-	-	23.781	23.781
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(864)	(864)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.779	-	(7.779)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.926	-	-	(5.987)	(61)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	550	-	(550)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	74.234	43.099	-	8.643	125.976
Mutações do Período	10.300	10.295	-	1.302	21.897
Saldos no início do período em 01/07/2015	66.597	34.770	-	12.828	114.195
Capital de associados	-	-	-	-	-
Aumento de capital	2.947	-	-	-	2.947
Baixas de capital	(1.236)	-	-	-	(1.236)
Reversões de reservas	-	-	-	42	42
Resultado do período	-	-	-	10.953	10.953
Destinações	-	-	-	-	-
Destinação FATES - Estatutário	-	-	-	(864)	(864)
Reserva Legal - Estatutária	-	7.779	-	(7.779)	-
Juros sobre o Capital Próprio	5.926	-	-	(5.987)	(61)
Reserva Legal - Recuperação de Prejuízo	-	550	-	(550)	-
Saldos no fim do período em 31/12/2015	74.234	43.099	-	8.643	125.976
Mutações do Período	7.637	8.329	-	(4.185)	11.781

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
(Em milhares de Reais)

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC
CNPJ/MF nº 87.780.268/0001-71

	01/07/2015 a 31/12/2015	01/01/2015 a 31/12/2015	01/01/2014 a 31/12/2014
RESULTADO DO EXERCÍCIO	18.598	35.448	28.932
Resultado do exercício	10.953	23.781	20.895
AJUSTES AO RESULTADO DO EXERCÍCIO	7.645	11.667	8.037
(Reversão) Provisão para operações de crédito	7.708	10.355	5.980
(Reversão) Provisão para desvalorização de outros créditos	290	250	157
Depreciação do imobilizado de uso	827	1.563	1.207
Amortização do intangível	557	929	851
Baixas do ativo permanente	86	115	132
(Reversão) Provisão para passivos contingentes	(214)	(241)	675
Destinações aos FATES	(864)	(864)	(734)
Dividendos SicrediPar	(745)	(440)	(231)
VARIAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS	27.605	57.286	40.907
(Aumento) Redução em direitos junto a participantes de sistemas de liquidação	7.033	(192)	72
(Aumento) Redução em créditos vinculados	(517)	930	(1.606)
(Aumento) Redução em relações com correspondentes	(24)	130	161
(Aumento) Redução em operações de crédito	(76.361)	(89.045)	(84.400)
(Aumento) Redução em relações interfinanceiras passivas	48.202	34.353	45.040
(Aumento) Redução em outros créditos	(3.079)	(5.687)	(5.054)
(Aumento) Redução em outros valores e bens	550	346	(148)
(Aumento) Redução em depósitos	43.929	113.636	79.732
(Aumento) Redução em relações interdependências passivas	842	(14)	(51)
(Aumento) Redução em obrigações por empréstimos e repasses	(187)	(458)	1.321
Absorção de dispêndios pelo FATES	-	(734)	(572)
(Redução) Aumento em outras obrigações	7.217	4.021	6.412
ATIVIDADES OPERACIONAIS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	46.203	92.734	69.839
(Aumento) Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(2.209)	6.943	(9.154)
(Aumento) Redução em títulos e valores mobiliários	2.026	1.060	(1.594)
Aquisição de Investimentos	-	(938)	(4.555)
Aquisição de Imobilizado de Uso	(2.303)	(4.151)	(3.152)
Aplicações no Intangível	(1.321)	(2.811)	(1.511)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	(3.807)	103	(19.966)
Integralização de capital	2.947	5.150	8.623
Baixa de capital	(1.236)	(2.578)	(3.696)
Reversão de reservas	42	42	-
Juros ao capital próprio	(61)	(61)	(542)
Distribuição de Sobras	-	(3.573)	(2.396)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS - Caixa Líquido Proveniente/(Aplicado)	1.692	(1.020)	1.989
AUMENTO/DIMINUIÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	44.088	91.817	51.862
Caixa e equivalente de caixa no início do período	297.102	249.373	197.511
Caixa e equivalente de caixa no fim do período (NOTA 04)	341.190	341.190	249.373

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

NOTA 01 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC, é uma cooperativa de crédito singular, filiada à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul. Instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, que iniciou as atividades em 14/04/1981 e tem por objetivos principais:

- i) Desenvolver programas de poupança, de uso adequado do crédito e de prestação de serviços, praticando todas as operações ativas, passivas e acessórias próprias de cooperativas de crédito;
 - ii) Prestar, através da mutualidade, a assistência financeira aos associados em suas atividades específicas;
 - iii) Atuar na formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo.
- A execução das atividades obedece ao disposto na legislação pertinente, assim como aos atos regulamentares oficiais, ao estatuto social, e às normas internas do Sicredi.

"A Cooperativa é parte integrante do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop) desde março de 2014, associação civil sem fins lucrativos, com personalidade jurídica de direito privado de abrangência nacional, conforme anexo I à resolução CMN nº 4.284, de 5 de novembro de 2013.O FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil reais por associado (CPF/CNPJ), bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições.A Cooperativa também é parte integrante da Sicredi Fundos Garantidores, empresa sem fins lucrativos cuja formação de reservas advém de contribuições mensais e extraordinárias de cooperativas associadas ao fundo o qual tem por objeto assegurar a credibilidade e a solvabilidade das suas associadas e a do Sicredi. Conforme regras estabelecidas nos Regulamentos dos Fundos Garantidores, as contribuições mensais são apuradas pelo somatório de duas parcelas: parcela fixa, relacionada ao objetivo de cada Fundo: e parcela variável, relativa ao risco imputado ao Sistema (considera níveis de liquidez, de margem de capital e de utilização de dispositivos de segurança). Além disso, o uso de recursos dos Fundos implica na majoração dessas contribuições mensais."

NOTA 02 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas, e estão sendo apresentadas, na forma da legislação societária e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, especificamente aquelas aplicadas às entidades cooperativas, as disposições das Leis nº 4.595/64 e nº 5.764/71, com alterações da Lei Complementar nº 130/09 e às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, Banco Central do Brasil – Bacen, e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

O CPC, desde o ano de 2008, emite normas e interpretações contábeis alinhadas às normas internacionais de contabilidade. A Cooperativa aplicou os seguintes pronunciamentos, já recepcionados pelo Bacen: CPC 01 (Redução ao valor recuperável de ativos), CPC 03 (Demonstração dos fluxos de caixa), CPC 05 (Divulgação sobre partes relacionadas), CPC 23 (Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro), CPC 24 (Eventos subsequentes) e CPC 25 (Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes). Os demais pronunciamentos serão aplicáveis a partir de sua aprovação pelo órgão regulador.

Foram reapresentados para fins de comparação da Demonstração de Sobras ou Perdas de 2014 e 2015 os valores demonstrados no quadro abaixo:

	Reapresentado	Original
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	2.495	3.305
Provisão para Imposto de Renda	- 220	- 717
Provisão para Contribuição Social	- 154	- 467

A autorização para a conclusão destas demonstrações contábeis foi dada pela Diretoria em 15 de fevereiro de 2016. (Conforme a data da carta de autorização).

NOTA 03 – RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS

As principais práticas contábeis adotadas para a elaboração das demonstrações financeiras foram:

a) Apuração do resultado

Os ingressos e os dispêndios, assim como as receitas e as despesas, são registrados mensalmente de acordo com o regime de competência, que estabelece que os ingressos e os dispêndios e as receitas e as despesas devam ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento, alocados de forma proporcional de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e, as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia e calculadas com base no modelo exponencial. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

De acordo com a Lei nº 5.764/71, o resultado é segregado e apresentado em atos cooperativos, aqueles praticados entre as cooperativas e seus associados ou pelas cooperativas entre si, para a consecução de seus objetivos estatutários, e atos não cooperativos, aqueles que importam em operações com terceiros não associados.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e relações interfinanceiras – centralização financeira, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo.

c) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

d) Títulos e valores mobiliários

A carteira está composta por títulos de renda fixa e renda variável, os quais são apresentados pelo custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do Balanço, ajustados aos respectivos valores de mercado, conforme aplicável.

e) Relações interfinanceiras – Centralização financeira

Os recursos captados pela Cooperativa não investidos em suas atividades são centralizados através de repasses interfinanceiros para a Cooperativa Central, os quais são por ela utilizados para aplicações financeiras. Essas operações são caracterizadas como atos cooperativos, pela Lei nº 5.764/71 que define a política nacional do cooperativismo.

f) Operações de crédito

Estão demonstradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos. As operações de crédito estão classificadas de acordo com análise da Administração quanto ao nível de risco, considerando a conjuntura econômica e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e aos garantidores, observando os parâmetros estabelecidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN. A atualização ("accrual") das operações de crédito vencidas em até 60 dias é contabilizada em receitas de operações de crédito, e a partir do 61º dia, em rendas a apropriar. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

g) Provisão para operações de crédito

A provisão para perdas com operações de crédito é fundamentada na análise das operações e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, os riscos específicos e globais das carteiras, considerando os critérios de provisionamento, definidos nas Resoluções nº 2.682/99 e nº 2.697/00 do CMN, associados às avaliações procedidas pela Administração, na determinação dos riscos de crédito.

h) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "pro-rata" dia incorridos e as variações cambiais, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajuste ao valor de mercado e rendas a apropriar.

i) Investimentos

Estão demonstrados ao custo de aquisição, ajustados por provisão para perdas quando aplicável.

j) Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado ao custo de aquisição. A depreciação do imobilizado de uso é computada pelo método linear, com base nas taxas anuais mencionadas na Nota "Permanente" Item "b", que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens.

k) Intangível

Corresponde a direitos adquiridos que têm por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Sistema ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado aos valores de custo e contempla gastos na aquisição e desenvolvimento de logiciais, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a serem usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens, conforme mencionado na Nota "Permanente" Item "b".

l) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

m) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado, os bens não de uso próprio e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revisitos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

n) Depósitos a prazo

Estão demonstrados pelo seu valor de resgate, líquidos das despesas financeiras a decorrer.

o) Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo (não circulantes)

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias em base "pro-rata" dia incorridos, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar.

p) Impostos e contribuições

"As provisões para Imposto de Renda, Contribuição Social, Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo."

As cooperativas estão sujeitas à tributação pelo Imposto de Renda e Contribuição Social quando auferirem resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais e de base negativa de CSLL limitados a 30% do lucro tributável.

q) Ativos e Passivos contingentes

As práticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de ativos e passivos contingentes estão consubstanciadas na Resolução nº 3.823/09 do CMN, a saber:

- Ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras
- Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são divulgados, e aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e como de perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados;
- As obrigações legais são processos judiciais e administrativos relacionados a obrigações tributárias e previdenciárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações financeiras.

r) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamento, que são revisados a cada semestre. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação a mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

NOTA 04 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Na elaboração dos Fluxos de Caixa, foram considerados como caixa e equivalentes de caixa os seguintes montantes:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2015	31/12/2014
Disponibilidades	19.046	10.356
Relações Interfinanceiras - Centralização financeira em Cooperativa Central	322.144	239.017
Total	341.190	249.373
valores em milhares de Reais		

NOTA 05 - APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
CDI Banco Cooperativo Sicredi S.A.	-	2.211	2.211	9.154
Total das Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	2.211	2.211	9.154
valores em milhares de Reais				

NOTA 06 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Títulos e valores mobiliários	31/12/2015		Total	31/12/2014
	Circulante	Não Circulante		Total
Cotas de Fundos de Renda Fixa (i)	11.798	-	11.798	12.858
Total	11.798	-	11.798	12.858
valores em milhares de Reais				

(i) O Fundo de Investimento Renda Fixa Crédito Privado Absolute IV foi considerado como parte relacionada por possuir percentual relevante dos valores aplicados em relação ao total da carteira, uma vez que a cooperativa, sob qualquer forma, assume ou retém substancialmente riscos e benefícios deste.

Fundo de Investimento	31/12/2015	Total da carteira	% em relação ao total	31/12/2014
FI Renda Fixa Crédito Privado Absolute IV	11.798	241.344	4,89%	12.858
Total	11.798	241.344	4,89%	12.858
valores em milhares de Reais				

NOTA 07 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A carteira de créditos está assim composta e classificada:

a) Composição da carteira de créditos por tipo de operação

Operações de crédito	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Empréstimos e títulos descontados	196.152	83.523	279.675	220.641
Financiamentos	32.911	38.843	71.754	78.916
Financiamentos rurais e agroindustriais	202.593	17.079	219.672	182.499
Carteira total	431.656	139.445	571.101	482.056
valores em milhares de Reais				

b) Composição da carteira de créditos segregada por tipo de cliente, atividade econômica e faixas de vencimento

Setor	Vencidas a partir de 15 dias	31/12/2015			Total da Carteira	31/12/2014
		A vencer				
		Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias		
Pessoas Físicas	3.590	36.947	62.706	71.538	174.781	165.495
Rural	524	40.386	161.683	17.079	219.672	182.499
Industrial	131	8.452	7.628	7.627	23.838	17.670
Comércio	778	24.697	28.674	18.623	72.772	56.130
Outros Serviços	1.027	22.054	32.379	24.578	80.038	60.262
Total	6.050	132.536	293.070	139.445	571.101	482.056

c) Composição da carteira de créditos por níveis de risco

Níveis de Risco	%	Carteira		Provisão para operações de Crédito	
		31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Nível A	0,50	271.660	103.957	1.358	520
Nível B	1,00	189.650	226.943	1.897	2.269
Nível C	3,00	62.874	130.069	1.886	3.902
Nível D	10,00	25.049	13.752	2.505	1.395
Nível E	30,00	12.021	2.993	3.606	878
Nível F	50,00	5.690	2.355	2.845	1.178
Nível G	70,00	2.387	1.271	1.671	890
Nível H	100,00	14.353	8.735	14.353	8.735
Total (i)		583.684	490.075	30.121	19.767
valores em milhares de Reais					

Em abril/2015, implantou-se nova metodologia de classificação de risco de crédito no Sicredi, com o objetivo de reduzir processos operacionais, bem como auferir maior acurácia e eficiência no processo de provisão para devedores duvidosos. A nova metodologia é baseada em abordagem estatística, considerando testes e estudos quantitativos das perdas históricas da carteira de crédito, objetivando estabelecer o volume adequado de provisão para a perda esperada do portfólio.

De acordo com o CPC 23 apresentamos a mudança na estimativa contábil da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC a qual registrou um aumento de provisão para operações de crédito de 6,59% em relação a metodologia anterior. A comparação com o exercício anterior encontra-se no quadro acima.

(i) Estão incluídos na base de cálculo da provisão para operações de crédito valores relativos a outros créditos, assim compostos:

Outros créditos	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Avais e Fianças Honrados	201	-	201	-
Títulos e créditos a receber	12.381	1	12.382	8.019
Total	12.582	1	12.583	8.019

NOTA 08 – OUTROS CRÉDITOS – DIVERSOS

Os créditos diversos, classificados no grupo de outros créditos do ativo, estão assim compostos:

Outros Créditos - Diversos	31/12/2015		31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total
Adiantamentos e antecipações salariais	116	-	116	98
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta (i)	3.466	-	3.466	3.008
Adiantamentos por conta de imobilizações	-	-	-	245
Devedores por depósitos em garantia	786	-	786	1.580
Impostos e contribuições a compensar (ii)	730	-	730	228
Pagamentos a ressarir	8	-	8	6
Títulos e créditos a receber	12.381	1	12.382	8.019
Devedores diversos - Pais	1.422	-	1.422	348
Total	18.909	1	18.910	13.532

(i) Do saldo de R\$ 3.466 mil da conta de Adiantamentos para pagamentos de nossa conta, R\$ 2.936 mil refere-se a projetos de investimento em tecnologia para desenvolvimento de softwares em andamento.

(ii) Do saldo da conta de Impostos e contribuições a compensar, valor de R\$ 302, refere-se ao processo administrativo transitado em julgado, cuja a decisão do STF pela inconstitucionalidade da cobrança do INSS patronal nos serviços prestados por Cooperativa de Trabalho, a favor da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC. A estimativa de compensação é de 6 meses após a habilitação do crédito junto a Receita Federal.

NOTA 09 – OUTROS VALORES E BENS

Bens não de uso próprio	31/12/2015	31/12/2014
Imóveis	-	298
Veículos e afins	102	47
Subtotal Bens não de uso próprio	102	345

Despesas antecipadas	156	259
----------------------	-----	-----

Total Outros Valores e Bens	258	604
-----------------------------	-----	-----

valores em milhares de Reais

NOTA 10 – PERMANENTE				
a) Investimentos				
Registrados ao custo de aquisição		31/12/2015		31/12/2014
Cooperativa Central Sicredi (I)		10.566		10.323
Sicredi Participações S.A. (I)		9.684		8.990
Outras Participações e Investimentos		1		1
Sicredi Fundos Garantidores (I)		1		1
Total		20.251		19.314

valores em milhares de Reais

(I) Apresentamos abaixo as informações dos investimentos referentes ao número de ações/quotas, percentuais de participações e movimentações patrimoniais:

	Sicredi Participações S.A.		Sicredi Fundos Garantidores		Cooperativa Central Sicredi	
	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2014
Número de ações/quotas possuídas	3.140.681 ON	2.915.607 ON	1	1	10.566.848	10.323.018
	6.542.875 PN	6.073.972 PN	Quotas	Quotas	Quotas	Quotas
Percentual de participação	1,20%	1,18%	0,72%	0,74%	3,09%	3,05%
Capital social	804.351	764.040	138	136	342.223	338.577
Patrimônio líquido	874.462	798.719	193.717	190.039	352.655	349.026
Lucro líquido do exercício	62.184	38.011	-	-	-	-
Valor do investimento	9.684	8.990	1	1	10.566	10.323

valores em milhares de Reais

b) Imobilizado de uso e intangível

	Taxas anuais de depreciação %	Custo corrigido	31/12/2015 Depreciação/ Amortização acumulada	Líquido	31/12/2014 Líquido
Imobilizações em curso	-	881	-	881	820
Terrenos	-	4.442	-	4.442	4.442
Edificações	4%	4.615	882	3.733	3.588
Instalações	10%	3.856	1.591	2.265	1.053
Móveis e equipamentos de uso	10%	4.187	1.694	2.493	1.866
Sistema de comunicação	10%	225	103	122	98
Sistema de processamento de dados	20%	3.808	2.374	1.434	1.211
Sistema de segurança	10%	712	362	350	264
Sistema de transporte	20%	794	275	519	423
Imobilizado de Uso (I)	-	23.520	7.281	16.239	13.765

valores em milhares de Reais

Intangível (II)		10.460	-	4.274	6.186	4.304
Investimentos Confederação		10.460	-	4.274	6.186	4.304
Total		33.980	-	11.555	22.425	18.069

valores em milhares de Reais

(I) Tomando por base as determinações do pronunciamento técnico CPC 01, a entidade não identificou a necessidade de adequação do valor dos ativos contabilizados, uma vez que os bens registrados no imobilizado apresentam valor residual inferior aos praticados pelo mercado.

(II) Valores reclassificados de "Adiantamentos para pagamentos de nossa conta" para "Outros Ativos Intangíveis", no sub grupo Intangível, referente aos investimentos em tecnologia para desenvolvimento de softwares que já estão em uso pela Cooperativa, bem como investimentos para aquisições de imobilizado na Confederação, sendo amortizado com base nos benefícios econômicos futuros incorporados aos ativos quando consumidos pela entidade, por meio do seu uso.

NOTA 11 – DEPÓSITOS

Apresentamos, a seguir, os depósitos por faixa de vencimento:

Depósitos	31/12/2015				31/12/2014	
	Sem vencimento e até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total	Total
Depósitos à vista	83.275	-	-	83.275	74.324	
Depósitos a prazo	31.814	16.237	453.069	501.120	396.436	
Total	115.089	16.237	453.069	584.395	470.760	

valores em milhares de Reais

NOTA 12 – OBRIGAÇÕES POR REPASSES INTERFINANCEIROS

As obrigações por repasses interfinanceiros são apresentadas a seguir:

Obrigações por repasses interfinanceiros	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Recursos do Crédito Rural	196.176	11.399	207.575	173.926	
Banco Cooperativo Sicredi S.A.	196.176	11.399	207.575	173.926	
Total	196.176	11.399	207.575	173.926	

valores em milhares de Reais

As obrigações por repasses interfinanceiros operam com uma taxa de 1,5% a.a. até 8,75% a.a. com vencimento de 04/01/2016 até 15/06/2019.

NOTA 13 – OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Os empréstimos são apresentados a seguir:

Obrigações por empréstimos	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Empréstimos no país - outras instituições	8.548	-	8.548	7.711	
Cooperativa Central Sicredi	8.548	-	8.548	7.711	
Repasse do país - instituições oficiais	63	-	63	1.358	
Tesouro Nacional	63	-	63	1.358	
Total	8.611	-	8.611	9.069	

valores em milhares de Reais

As obrigações por empréstimos operam com uma taxa de 0,041571% a.m. com vencimento em 14/12/2016.

NOTA 14 – OUTRAS OBRIGAÇÕES - DIVERSAS

As obrigações diversas, classificadas no passivo no grupo de outras obrigações estão assim compostas:

Outras obrigações - diversas	31/12/2015			31/12/2014	
	Circulante	Não Circulante	Total	Total	Total
Cheques administrativos	2.513	-	2.513	3.714	
Obrigações por convênios oficiais	15	-	15	15	
Obrigações por prestação de serviço de pagamento	175	-	175	59	
Provisão para pagamentos a efetuar	6.087	-	6.087	5.165	
Provisão para passivos contingentes (I)	4.792	-	4.792	4.786	
Credores diversos - país (II)	16.637	-	16.637	13.667	
Total	30.219	-	30.219	27.406	

valores em milhares de Reais

(I) A conta "Provisão para passivos contingentes" recebe, além dos registros detalhados na nota explicativa seguinte (Passivos Contingentes), o registro das provisões sobre as Coobrigações da Cooperativa no valor de R\$ 2.603 mil.

As provisões sobre coobrigações assumidas pelas singulares na realização de operações de seus cooperados junto ao Banco Cooperativo Sicredi S.A., estão registradas na rubrica 4.9.35.90-9 – Provisão para Passivos Contingentes - Outros Passivos, e foram constituídas com base nos mesmos critérios preconizados na Resolução 2682/99 do Conselho Monetário Nacional – CMN.

(II) A conta Credores Diversos - país, está assim composta:

Credores Diversos - País		31/12/2015	31/12/2014
Pagamento cobertura Proagro		638	-
Parcelado Lojista		4.928	3.559
Agenda cartão Visa a pagar		4.607	3.432
Parcelado Lojista a Vencer - Mastercard		847	2
Agenda Cartão Mastercard a Pagar		795	2
Contas a pagar - demais fornecedores		3.407	4.243
Outros		1.415	2.429
Total		16.637	13.667

valores em milhares de Reais

NOTA 15 – PASSIVOS CONTINGENTES

Esta Cooperativa possui passivos contingentes em andamento, sendo que os valores estimados e suas respectivas movimentações e provisões estão demonstrados no quadro a seguir, conforme a natureza dos passivos.

Natureza	Saldo Inicial do Período 01/01/2015	Aumento Provisão	Baixa/Reversão de Provisão	Saldo Final do Período 31/12/2015
Trabalhista	2.309	767	-	970
Cível	121	111	-	149
Total	2.430	878	-	1.119

Natureza	Probabilidade de Perda	Valor estimado de perda	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2015	Valor Provisionado Saldo em 31/12/2014
Trabalhista	Provável	2.106	2.106	2.309
Trabalhista	Possível	65	-	-
Cível	Provável	83	83	121
Cível	Possível	505	-	-
Tributária (I)	Possível	809	-	-
Total		3.568	2.189	2.430

valores em milhares de Reais

Em janeiro de 2014 a alíquota da contribuição ao SAT foi alterada de 3% para 2% sobre a folha, visando atender ao disposto no Decreto nº 6.957/2009. Em abril de 2015 passou-se a recolher, para todas as entidades do Sicredi, a contribuição previdenciária relacionada ao INSS, que corresponde a 0,2% sobre a folha de acordo com a jurisprudência administrativa e judicial. Os valores devidos foram recolhidos em novembro, ademais, tais alterações não ocasionam impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O capital social é dividido em quotas-partes de valor unitário equivalente a R\$ 1,00 (um real), sendo que cada associado tem direito a um voto, independente do número de suas quotas-partes, e está assim composto:

	31/12/2015	31/12/2014
Capital Social (valores em milhares de Reais)	74.234	63.934
Total de associados	79.052	74.414

b) Juros ao Capital

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC, efetuou o pagamento dos juros ao capital no percentual de 9% em Capital, no montante de R\$ 5.987 mil.

Calculados em conformidade com a Lei Complementar 130/2009, observando-se o limite da taxa SELIC, neste exercício o seu pagamento foi considerado dedutível na apuração do imposto de renda e da contribuição social conforme prevê o parágrafo único, artigo 49, da Lei nº 4.506/1964 combinado com o artigo 348, II, do Decreto nº 3000 de 1999. Para tanto, a despesa financeira, passou a ser classificada como ato não cooperativo em 2014.

c) Destinações

A Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC, destinou suas sobras conforme o estatuto, sendo que 45% foram destinados para Reserva Legal e 5% para FATES.

NOTA 17 – SICREDI FUNDO GARANTIDOR

Conforme previsto na Nota Explicativa 1 – Contexto Operacional, em 2015 a Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC utilizou o recurso da SFG - Sicredi Fundo garantidor, na forma de doação, no valor de R\$ 303 mil (R\$ 0 mil em dezembro de 2014), registrada no grupo de "Outras Receitas Não Operacionais". Conforme Ata nº 53 da Reunião do Conselho de Administração da Sicredi Fundos Garantidores - SFG de 22 de maio de 2015, o valor total aprovado é R\$ 593 mil.

A legislação que rege as cooperativas de crédito prevê expressamente como atividade destas o recebimento, em caráter eventual, de recursos isentos de remuneração ou a taxas favorecidas, de qualquer entidade, na forma de doações, empréstimos ou repasses (art. 17, III, da Res. CMN nº. 4.434/15).

NOTA 18 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A entidade efetua transações com partes relacionadas, abaixo apresentamos as operações realizadas com as Centrais, Confederação e Fundos de Investimento Absolute:

	31/12/2015	31/12/2014
Ativo		
Titulos e Valores Mobiliários (Nota 05)	11.798	12.858
Relações interfinanceiras – Centralização financeira (Nota 03e)	322.144	239.017
Diversos	3.034	3.021
Investimentos (Nota 10a)	10.566	10.323
Intangível (Nota 10b)	6.186	4.304

Passivo		
Obrigações por empréstimos e repasses (Nota 13)	8.548	7.711
Provisões para pagamentos a efetuar	624	483
Credores Diversos	252	407
Receitas		
Outros ingressos e receitas operacionais	38.224	23.977
Despesas		
Operações de Empréstimos e Repasses	1.058	670
Outros Dispendícios e Desp. Administrativa	703	670
Outros Dispendícios Despesas Operacionais	9.683	9.006

valores em milhares de Reais

b) Transações com administradores

As transações com partes relacionadas referem-se a saldos de depósitos (à vista e a prazo) e operações de crédito mantidas na instituição por seus administradores (diretores e conselheiros de administração), assim como a remuneração recebida pelas pessoas chave da administração.

Não estão contempladas as informações de cônjuges e empresas ligadas das referidas partes relacionadas.

As operações de crédito e captações de recursos com partes relacionadas foram contratadas em condições semelhantes às praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária. Abaixo apresentamos as operações realizadas com administradores:

Natureza da operação	31/12/2015	% em relação ao total	31/12/2014
Depósitos à vista	94	0,11%	148
Pessoas físicas	94		148
Depósitos a prazo	1.418	0,28%	853
Pessoas físicas - taxa pós-fixada	1.418		853
Operações de crédito	2.356	0,41%	3.561

valores em milhares de Reais

c) Benefícios monetários destinados às partes relacionadas - pessoas chave da administração

Pessoas chave da administração são as que têm autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da entidade, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro dessa entidade). Nestes dados estão incluídos todos os benefícios de curto prazo e pós-emprego concedidos pela entidade aos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Diretores ou outros que venham a substituir os mesmos.

Benefícios	31/12/2015	31/12/2014
Pessoas chave da administração	1.589	1.094

valores em milhares de Reais

NOTA 19 – OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Deste item na Demonstração de Sobras ou Perdas o valor de R\$ 36.958 mil (R\$ 23.104 mil em dezembro de 2014) refere-se à receita com administração financeira, que é resultante da aplicação dos recursos captados, junto à Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 20 – OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Este item na Demonstração de Sobras ou Perdas apresenta os seguintes valores: R\$ 8.119 mil (R\$ 6.581 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Confederação Sicredi: R\$ 2.520 mil (R\$ 2.503 mil em dezembro de 2014) refere-se ao valor de Contribuição à Sicredi Fundos Garantidores e R\$ 723 mil (R\$ 654 mil em dezembro de 2014) refere-se ao rateio das despesas da Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul e Santa Catarina - Central Sicredi Sul.

NOTA 21 – COOBRIGAÇÕES EM GARANTIAS PRESTADAS

As garantias prestadas pela Cooperativa sob a forma de aval, fiança ou outras coobrigações estão assim compostas:

Coobrigações em garantias prestadas	31/12/2015	31/12/2014
Garantias prestadas em operações de associados	139.545	112.081
BNDES - Automático, Caminhões, Produza, Procap-Agro	1.815	1.198
Pronamp	5.011	-
Carta aval / fiança	2.137	2.321
FINAME - Agrícola, Banco Sicredi, BRDE	29.337	28.627
Moderagro	7.474	6.519
Pronaf	86.601	67.551
Outros	7.170	5.865
Coobrigações em cessões de crédito	535	605
Total	140.080	112.686

valores em milhares de Reais

(I) Nas garantias prestadas estão incluídas as operações com recursos recebidos de instituições financeiras e repassados aos associados via Banco Cooperativo Sicredi S.A., em que a Cooperativa é intermediária e garantidora solidária por força de contrato firmado entre as partes.

NOTA 22 – SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

Em 31 de dezembro de 2015, os seguros contratados são considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros relacionados a garantia de valores e bens de propriedade da Cooperativa.

NOTA 23 – EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

Elisandro Luis Marmentini Diretor Executivo CPF: 543.126.980-15	
Adriano José D'Agostini Diretor de Negócios CPF: 650.300.790-68	Jaime Célio Testolin Diretor de Operações / Contador CRC: RS-075990/O-4 CPF: 740.887.260-49

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao
Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e
Oeste de Santa Catarina – Sicredi Norte RS/SC.
Erechim – RS

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina – Sicredi Norte RS/SC, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Cooperativa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Cooperativa para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Cooperativa. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina – Sicredi Norte RS/SC em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Porto Alegre, 15 de fevereiro de 2016



Luciano Gomes dos Santos
Contador - CRC - RS 059.628/O-2
CNAI 3087

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Erechim / RS, 15 de fevereiro de 2016.

Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados do Norte do Rio Grande do Sul e Oeste de Santa Catarina - Sicredi Norte RS/SC e no exercício das atribuições legais e estatutárias, examinamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração de Sobras ou Perdas, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Notas Explicativas e demais demonstrativos, e o respectivo relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis, documentos estes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

Pelas políticas de Governança adotadas pela Cooperativa e com base nos nossos exames e no relatório de auditoria dos auditores independentes, emitido pela Confederação Nacional de Auditoria Cooperativa – CNAC – somos de parecer favorável à aprovação das mencionadas demonstrações.

Atenciosamente,

Diana Maria Trentin
Conselheiro

Edemar Antonio Sunti
Conselheiro

Roberto Cabral Lora
Conselheiro